



CONTRATO Nº 471/2017

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO

(Contrato Simplificado de fornecimento por Registro de Preços)

O MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE DO SUL - RS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 87.572.079/0001-03, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL SR. PAULO SERGIO RODRIGUES FLORES, pelo presente instrumento CONTRATA com o a Empresa **EDERSON S. DANTAS**, CNPJ nº 11.094.564/0001, com sede na Rua Antero Xavier nº 1400, Cep 97.420-000 representada neste ato por seu representante legal, Sr. (a) Jaceara Pereira Souza Dantas, portador da célula de identidade RG nº. 3091995071, e CPF nº. 031.465.300-74; o fornecimento dos produtos especificados neste documento, nas condições do edital e seus anexos do Pregão Presencial nº 2/2017, para REGISTRO DE PREÇOS realizado conforme a Lei nº 10.520/2002, subsidiada pela Lei nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores, Lei Complementar nº 123/2006, bem como pelo decreto Municipal nº 162/2005 e nº 103/2006, comprometendo-se as partes pelas obrigações de fornecimento e pagamento consignados neste documento, que servirá de instrumento contratual para os fins de lei, como segue:

1. DO OBJETO:

1.1. O presente termo tem por objetivo o fornecimento dos Gêneros Alimentícios homologados no Pregão Presencial nº 02/2017, especificados abaixo, constantes na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 15/2017:

Item	Qtde.	Unid.	Descrição	Marca	Valor Unit.	Valor Total
32	15	PAC	Pão de Leite tipo Sanduíche. Rotulagem nutricional obrigatória – pcte com no mínimo 450 g.	Padaria Dantas	4,15	62,25
Total dos Itens						62,25

2. DOS PRAZOS DE ENTREGA:

2.1. A entrega provisória deverá ser feita conforme item 6.3 e 6.4 da Ata de Registro de Preços, após a solicitação e emissão da Nota de Empenho/Ordem de Entrega que em caso de recusa ou atraso na entrega, incidirá as penalidades indicadas na Cláusula Oitava da Ata de Registro de Preços;

2.2. A entrega definitiva será efetivada, logo após a devida conferência pelo fiscal designado para tal, desde que em conformidade com a descrição e condições do edital e da Ata;

2.3. O endereço para entrega será o constante na Nota de Empenho, conforme locais indicados no item 6.19 da Ata de Registro de Preços.

3. DO PAGAMENTO:

3.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a apresentação da Nota Fiscal, devidamente atestada por servidor designado para tal, desde que não haja impedimento legal.

3.2. O valor contratado será revisado nos casos indicados item 4.5 da Ata de Registro de Preços, através de ofício da Empresa Registrada com apresentação da planilha de CÁLCULO DE REALINHAMENTO DE PREÇO conforme modelo Anexo VII do edital.



4. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

4.1. Os recursos orçamentários, para fazer frente às despesas deste contrato, serão os seguintes:

Órgão Solicitante: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CIDADANIA E HABITAÇÃO

Projeto: 2081 Manutenção do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente
RV: 1090 Fdo Criança e do Adolescente
Reduzido: 12783
Despesas: 3390.30.07.00.00.00 Gêneros de alimentação

5. DA VIGÊNCIA:

5.1. A Vigência do presente contrato será de sua assinatura até o dia 31/12/2017 ou até a entrega definitiva dos itens contratados.

6. DISPOSIÇÕES GERAIS:

6.1. Fazem parte integrante deste instrumento, independente de transcrição, o edital e seus anexos, do Pregão Presencial nº 02/2017, bem como a Ata de Registro de Preços nº 15/2017, que explicitam as demais condições deste fornecimento, processado na forma do Inciso II do Art. 15 da Lei nº 8.666/93, com os quais o Fornecedor/Contratado, abaixo assinado, se obriga, sob as penas da lei.

E por assim estarem de acordo, firmam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor o forma, elegendo o Foro de São Vicente do Sul - RS, para dirimir eventuais questões dele decorrentes, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser.

São Vicente do Sul, 26 de Julho de 2017.

Representante do Município

Representante da Empresa

TESTEMUNHAS

1: _____

Nome:

CPF:

2: _____

Nome:

CPF:

Este Contrato foi examinado e aprovado em /07/2017 pelo Setor Jurídico Municipal, quanto à legislação, deixando de manifestar-se sobre o objeto, por não deter conhecimento técnico sobre o mesmo.
